

# A Primavera dos Faraós

Vasco Rato

*Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Lusitana de Lisboa.*

## Resumo

Considerados os casos da Tunísia, Egito, Bahrein e Líbia, este artigo aborda os processos de contestação popular que ficaram conhecidos como a “Primavera Árabe”. Analisam-se as razões que levaram à crise dos regimes autoritários da região e as estratégias delineadas pelas elites como resposta à mobilização oposicionista. Face à contestação de 1970 no sul da Europa, alastrou para a América Latina, a Ásia e, em finais dos anos 1980 para a Europa Central, os autocratas responderam através de uma de duas estratégias de sobrevivência: a cooptação ou a repressão. Verifica-se que os regimes que utilizaram um grau elevado de violência aumentaram as suas probabilidades de sobrevivência. Porém, como ilustram os casos de Hosni Mubarak e Ben Ali, removidos da chefia do Estado porque perderam o apoio das suas respetivas instituições militares, as forças armadas foram atores determinantes ao longo da “Primavera Árabe”.

## Abstract

### *The Spring of the Pharaohs*

*Analyzing the cases of Tunisia, Egypt, Bahrain and Libya, this article considers the popular uprisings that came to be collectively known as the “Arab Spring”. The reasons underpinning the crisis of the Arab authoritarian regimes and the strategies undertaken to respond to popular opposition are also considered. Cooptation and repression were the dominant elite strategies, both designed to assure the survival of authoritarian rule. Regimes opting for a high degree of violence increased their chances of survival. As the Egyptian and Tunisian cases clearly illustrate, the role of the armed forces was a determinant factor in explaining the outcomes of the “Arab Spring”.*

Inaugurada em meados dos anos 1970, no sul da Europa, a “terceira vaga de democratização” rapidamente alastrou para a América Latina, a Ásia e, mais tarde, para as autocracias comunistas da Europa de Leste<sup>1</sup>. Dir-se-á que, no último quartel do século XX, um número significativo de democracias liberais, muitas visivelmente imperfeitas e profundamente instáveis, substituíam os regimes ditatoriais que, há décadas, perduravam em várias regiões do globo. Todavia, uma região – o mundo árabe – distinguiu-se por constituir a clara exceção a esta vaga de democratização. Altamente repressivas, as tiranias do Magrebe e do Médio Oriente permaneciam congeladas no tempo, imunes aos ventos da mudança que se faziam sentir no resto do globo.

Subitamente, nas semanas finais de 2010 e nos primeiros meses de 2011, os despotismos do grande Médio Oriente seriam redondamente abalados pela contestação popular que desafiava o *status quo* arcaico construído ao longo de décadas. Iniciadas na Tunísia, nas derradeiras semanas de dezembro de 2010, as revoltas que ficariam conhecidas como a “Primavera Árabe” estenderam-se, num efeito dominó, a vários países. Perante a estupefação de um mundo habituado à paralisção política vigente no Medio Oriente, Hosni Mubarak e Muammar al-Qadaffi, dois tiranos que encarnavam essa mesma resistência à mudança, seriam depositos. A queda do “faraó Mubarak”, escassas semanas após Zine el-Abidine Ben Ali ter abruptamente abandonado a Tunísia, gerou enorme expectativa junto das populações incrédulas que acompanhavam os acontecimentos através da *al-Jazeera* e da *al-Arabiya*. Afinal, os tiranos revelavam-se homens de palha vulneráveis à fúria da rua árabe.

É certo que, com a passagem do tempo, verificou-se que nem todos os déspotas seriam afastados pelos manifestantes que congregaram nas praças das grandes cidades árabes. Mas a força do exemplo contagiou países como Marrocos, Argélia e Jordânia, cujas elites iniciaram processos de reforma a fim de esvaziar as reivindicações oposicionistas. Até a Arábia Saudita, um dos países mais opacos do mundo árabe, sucumbia perante os novos ventos. Determinada a estancar o descontentamento existente no reino, a casa real canalizava vastos recursos financeiros para programas sociais – em finais de fevereiro de 2011, o Rei Abdullah anuncia que o reino disponibilizará mais de 36 mil de milhões de dólares só para a habitação social e a criação de empregos – que pudessem atenuar a ira das populações (SUS-RIS, 2011). Tremeram, mas estes regimes sobreviveram.

Sem margem de dúvida, os acontecimentos mais trágicos da “Primavera Árabe” ocorreram na Síria, onde a contestação pacífica inicial rapidamente degenerou

---

1 Sobre a “terceira vaga de democratização” ver Huntington (1991). Para uma avaliação do conceito ver Shin (1994).

numa longa, sangrenta e sectária guerra civil<sup>2</sup>. À medida que se acentuou a desintegração do Estado sírio, abriu-se um vazio que possibilitou as barbaridades perpetradas pelo autodenominado “Estado Islâmico do Iraque e do (Sham) Levante” (ISIL) e, mais tarde, a inesperada intervenção militar russa em defesa do clã al-Assad. Cinco anos depois, o impasse militar continua, e dificilmente a Síria voltará a ser um Estado funcional com as suas fronteiras intactas.

A “Primavera Árabe”, designação analiticamente imperfeita na medida em que engloba processos e desfechos diferenciados, levanta um conjunto de questões analíticas<sup>3</sup>. Desde logo, quais as razões subjacentes à onda de contestação a regimes autoritários que, poucas semanas antes, pareciam escudados da mobilização popular e imunes à mudança sociopolítica? Regimes que, a bom rigor, pareciam imunes à modernidade. Igualmente importante, qual a razão que explica a queda de alguns autocratas e, noutros casos, a permanência dos tiranos no poder? Parte da resposta a esta última interrogação reside nas estratégias adotadas pelas elites para fazer frente às crises. Face à contestação de 1970 no sul da Europa, que alastrou para a América Latina, a Ásia e, em finais dos anos 1980 para a Europa Central, os autocratas responderam através de uma de duas estratégias de sobrevivência: a cooptação ou a repressão. A primeira estratégia – a cooptação – seria adotada, *inter alia*, na Jordânia, na Arábia Saudita e em Marrocos. A segunda estratégia – a repressão – foi utilizada de forma inequívoca em países como a Líbia, o Bahrein, a Síria e, antes, na década de 1990, na Argélia. Em alguns casos, como no Egito de Mubarak, as elites autoritárias recorreram, em fases distintas da contestação popular, a ambas as estratégias. Não obstante, independentemente da estratégia, o objetivo último era a sobrevivência.

Se o desfecho da contestação se saldou por resultados distintos em cada país, é igualmente verdade que três tipos de *outcomes* podem ser identificados. Primeiro, como se verificou na Tunísia e no Egito, o colapso do tirano seria, pelo menos numa fase inicial, acompanhado por alterações substanciais à distribuição do poder. Segundo, países como a Arábia Saudita, o Bahrein e Marrocos conservaram o *status quo*, introduzindo “medidas reformistas” que, na maioria dos casos, eram meramente cosméticas. Terceiro, no Iémen, na Líbia e na Síria assistiu-se ao colapso do Estado, à desagregação total do poder político. Mais uma vez, a variável que, em

---

2 Sobre os acontecimentos recentes na Síria, ver Abboud (2016), Ajami (2012), Hokayem (2013), Yassin-Kassab e Al-Shami (2016) e Lister (2015). Um excelente relato dos primeiros meses do conflito pode ser encontrado em Yazbek (2012). Análises do regime *baathista* de al-Assad incluem, Lesch (2012) e Hinnebusch (2002). Para uma avaliação mais favorável do regime ver Seale (1990).

3 As revoltas de 2010/2011 foram, em bom rigor, a segunda “Primavera Árabe”, expressão utilizada em 2005 para descrever as mudanças que decorriam no Iraque, Líbano, Kuwait e outros países árabes.

larga medida, explica este resultado foi a estratégia adotada pelas elites autoritárias em resposta à contestação, ou seja, a decisão de optar por negociar uma parcela do poder ou pela resistência. Nos casos onde se escolheu o caminho da resistência, verifica-se que os regimes que utilizaram um grau elevado de violência aumentaram as suas probabilidades de sobrevivência. Convém, por último, considerar o papel das potências externas que, em alguns casos, foi decisiva para derrubar a tirania – a NATO na Líbia –, ou para impedir o seu colapso – a Rússia na Síria.

Este artigo aborda os processos de contestação popular que ficaram conhecidos como a “Primavera Árabe”. Analisa as razões que levaram à crise dos regimes autoritários da região, alguns dos quais colapsaram. Daí que o foco da análise seja as estratégias delineadas pelas elites como resposta à mobilização oposicionista. Por conseguinte, e por manifesta falta de espaço, os eventos que seguiram às crises consideradas neste artigo não são objeto de análise. Também atendendo às limitações de espaço, serão considerados os casos da Tunísia, Egito, Bahrein e Líbia, mas excluídos os casos do Iémen e da Síria, dois países onde se assistiu à implosão do estado e que mergulharam na guerra civil.

#### **Tunísia: o Súbito Advento da “Primavera”**

À primeira vista, nada indicava que a Tunísia seria o primeiro – e mais bem-sucedido – palco da “Primavera Árabe” (Gana, 2013). No entanto, tudo mudaria no dia 17 de dezembro de 2010. Em Sidi Bouzid, localidade situada a 110 quilómetros de Tunes, Muhammed Bouazizi, um vendedor ambulante nascido em 1985, cujo carro de fruta fora repetidamente confiscado pela polícia e cujos inúmeros protestos junto das autoridades foram liminarmente ignorados, imolou-se à frente do palácio do governador local. Morreria mais tarde, a 4 de janeiro de 2011.

A “Revolução de Jasmim” saldou-se, em breves semanas, pela vertiginosa implosão do regime autoritário tunisiano chefiado por Zine el-Abidine Ben Ali, que, em novembro de 1987, montara um golpe de Estado palaciano contra Habib Bourguiba, o líder histórico do país que conduzira a Tunísia à independência e que, em 1975, fora designado “presidente vitalício” (Ware, 1998 e 1985). Determinado a legitimar o seu poder, Ben Ali liberta presos políticos e promete realizar eleições livres. Porém, rapidamente o pluralismo limitado dos primeiros tempos daria lugar a um regime autocrático assente na repressão das forças de segurança e da polícia secreta<sup>4</sup>.

Instalado na presidência, Ben Ali deu seguimento às grandes linhas políticas traçadas por Bourguiba: laicismo, educação universal, alargamento dos direitos da mulher, economia de mercado atenuada por algum estatismo e alinhamento com o

---

4 Sobre os anos de Ben Ali, ver Perkins (2004, capítulo 7) e Alexander (2016).

Ocidente. Tal como na esmagadora maioria dos países árabes, existia, na Tunísia, um pacto informal entre o regime e a população. Aquele proporcionava a melhoria das condições socioeconómicas da população; esta eximia-se de participar na política, deixando o poder nas mãos das elites que dominavam o Estado. Esse bem-estar expressava-se de várias formas: na criação ou melhoria de infraestruturas públicas, redistribuição das terras agrárias, industrialização e empregos na administração pública. Adicionalmente, os bens essenciais, desde o pão à eletricidade, eram subsidiados pelo Estado. Crucialmente, o pressuposto do pacto era, muito simplesmente, de que a justiça equitativa balizava as decisões dos autocratas.

Independentemente das suas especificidades locais, este modelo vigorava em todos os países árabes. Com a passagem dos anos, e as disfuncionalidades que tal modelo acarretava num contexto de globalização, tornou-se impossível preservar o modelo na sua plenitude. No caso específico da Tunísia, um sinal inequívoco do seu esgotamento dá-se em 1984, quando Bourguiba, acatando um programa de austeridade imposto pelo Fundo Monetário Internacional, tenta reformar o modelo (Dillman, 2001). Depois de utilizar a violência para suprimir as manifestações massivas que ficaram conhecidas como os émeutes *du pain* e que deixaram mais de uma centena de mortos, as reformas – incluindo o fim dos subsídios aos bens alimentares – são abandonadas. Quatro anos depois, o “presidente vitalício” era destituído por “razões médicas”.

À semelhança da situação nos demais regimes autoritários da região, o poder de Ben Ali assentava em três pilares fundamentais. Primeiro, um partido único, o Rassemblement Contitutionnel Démocratique – sucessor do Parti Socialiste Dusturien do presidente Habib Bourguiba –, que hegemonizava a sociedade, delimitando assim o espaço de contestação ao poder vigente. Segundo, um poderoso Ministério de Comunicação e Propaganda que mantinha os *media* ao serviço do regime, e, assim, delineava os contornos da discussão pública e da dissidência tolerada. Por último, e à semelhança de vários regimes contestados durante a “Primavera Árabe”, um poderoso serviço de *intelligence* – a feroz *mukhabarat* – acima de qualquer escrutínio, que sistematicamente reprimia os movimentos políticos opositoristas.

A centralização do poder nas mãos de Ben Ali também permitia a concentração de riqueza por parte da família alargada do presidente<sup>5</sup>. Com a generalização da corrupção e do nepotismo, o clã Ben Ali obteve contratos lucrativos e o controlo das maiores e mais rentáveis empresas. À medida que a família Ben Ali se apoderava das melhores oportunidades económicas, grande parte dos empresários, excluídos destes negócios rentáveis, transferiam-se para o campo opositorista. Em larga medida, a Tunísia transformou-se num empreendimento cleptocrático, uma cou-

---

5 Sobre a corrupção generalizada durante os anos de Ben Ali ver Rijkers, Freund e Nucifora (2014) e Dreisbach e Joyce (2014).

tada familiar cujo símbolo mais notório, e mais detestado pela população, era Leila Trabelsi, a segunda mulher do presidente<sup>6</sup>. Contrastando com a pobreza do país, a ostentação do clã criou um sentimento de injustiça e de ausência de oportunidades que minou a legitimidade do regime e das elites. Neste caldo cultural, a autoimolação de Bouazizi imediatamente passou a simbolizar uma rejeição inequívoca da corrupção generalizada, da ostentação da família do presidente e dos índices elevados de desemprego jovem. A autoimolação de Bouazizi encontrou eco em todo o mundo árabe porque, em maior ou menor grau, todos estes males flagelavam a região.

Dir-se-á que o ato desesperado de um vendedor ambulante de Sidi Bouzid fora o fósforo que incendiou a pradaria. Todavia, o protesto de Bouazizi ganha alcance nacional através da ação de vários grupos da sociedade civil; incluindo a Ordem dos Advogados, grupos de direitos humanos, associações estudantis e a *Union Générale Tunisienne du Travail* (UGTT). Esta confederação sindical rompeu, em 1976, com o “presidente vitalício” Bourguiba, e, dois anos depois, organiza uma greve geral que provocou protestos generalizados no país que seriam suprimidos pelas forças de segurança do regime. Não surpreende, pois, que a UGTT fosse, no início de 2011, e depois de alguma hesitação resultante do calculismo da sua liderança, a organização que contribuiu decisivamente para mobilizar as massas contra o regime<sup>7</sup>. Essa mobilização seria facilitada pela partilha de informações através das redes sociais, nomeadamente o Twitter e o Facebook. É certo que a revolução na Tunísia, e nos demais países do Médio Oriente, beneficiou das redes digitais que os regimes autoritários revelaram dificuldade em controlar<sup>8</sup>. Mas as redes sociais foram apenas um instrumento para organizar uma população que deixara de reconhecer legitimidade aos seus governantes.

A intensidade das manifestações populares levaram Ben Ali, no dia 14 de janeiro de 2011, a abandonar o país. Tentou, numa primeira fase, utilizar as forças de segurança para desmobilizar os manifestantes. Quando os protestos se intensificam, admite não voltar a candidatar-se nas eleições presidenciais seguintes e remodela o seu governo. Mas era demasiado tarde para concessões (Cody e Warrick, 2011).

Independentemente da dimensão e intensidade dos protestos, o fator principal que explica a queda da tirania foi a decisão tomada pelas chefias militares de não intervir para preservar o regime. Constituídas por 35 mil homens, as forças armadas

---

6 Um dos retratos mais interessantes sobre a corrupção do regime, o papel de Leila Trabelsi e os negócios da “família” foi feito pelo embaixador americano, Robert Godec, em 2008 e, posteriormente, tornado público através do Wikileaks (2008).

7 Sobre o papel da UGTT, ver Netterström (2016).

8 Análises empíricas interessantes, que divergem deste artigo, são as de Howard, Duffy, Freelon, Hussain, Mari e Mazaid (2011) e Malik (2014).

eram relativamente pequenas. Por outro lado, Ben Ali, que nunca confiara na instituição militar, utilizou as forças policiais para manter o seu poder, permitindo que as forças armadas se mantivessem à margem da repressão. Considerando que a instituição militar entendia que a sua missão primordial era garantir a preservação do Estado – e não a conservação de um regime específico –, os chefes militares recusaram-se a suprimir os manifestantes. O chefe do estado-maior das forças armadas, Rachid Ammar, solicitado a ordenar aos militares para saírem em defesa do regime, recusa<sup>9</sup>. Seria este distanciamento dos militares relativamente a Ben Ali que determinaria o fim do seu poder.

Com efeito, ao abandonarem Ben Ali, as forças armadas quebraram a coesão da elite do regime, tornando impossível a adoção de uma estratégia de sobrevivência mais robusta. Na ausência da intervenção dos militares – ou da ameaça credível dessa intervenção para restabelecer a ordem – o regime estava condenado. Porque a corrupção do regime havia afugentado praticamente todas as classes sociais, e porque o partido hegemónico se transformara num veículo de distribuição de benesses para a família e os aliados do presidente, Ben Ali encontrava-se isolado politicamente. Quando as forças policiais já não conseguem conter a contestação, e as forças armadas se recusam a apoiar o presidente, restava a fuga.

A fuga de Ben Ali – que acaba por se exilar na Arábia Saudita – permite ao Conselho Constitucional designar Fouad Mebazzâ como presidente interino e convocar, para 23 de outubro de 2011, eleições para uma Assembleia Constituinte. Considerado livre e justo, o escrutínio salda-se pela vitória dos islamitas do *Ennahada*, movimento político clandestino durante o período autoritário. Marcadamente conservador na sua orientação, o *Ennahada* opôs-se aos salafistas tunisinos, que pretendiam fazer da *sharia* a principal fonte da nova constituição tunisina, aprovada a 26 de janeiro de 2014. Nesse mesmo ano, ocorrem as primeiras eleições legislativas e presidenciais; Caïd Essebsi, um histórico do nacionalismo secular, é o primeiro presidente eleito através de eleições pluralistas.

### **Egito: o Faraó na Rua**

Tal como acontecera na Tunísia com o presidente Ben Ali, a decisão das chefias militares egípcias de não intervirem para suprimir os manifestantes da praça Tahir selou o destino político de Hosni Mubarak. Retirado o apoio dos militares à estratégia de Mubarak de enfrentar a crise através do aumento da repressão, definindo assim um limite claro ao grau de violência que o faraó poderia utilizar, os manifestantes de Tahir sabiam que o déspota estava cercado. Por outras palavras, quando a instituição militar finalmente se demarca do ditador, torna-se claro que

---

9 Sobre o papel das forças armadas neste período, ver Brooks (2013).

Mubarak não iria sobreviver. Com efeito, a instituição militar abandonou Mubarak para conservar o vasto poder, tanto político como económico, que detinha no país. Não obstante a sua disponibilidade para substituir o tirano, as forças armadas não pretendiam derrubar o regime onde desempenhavam o papel central. Grande parte da conflitualidade política que seguia à substituição de Mubarak, e que somente termina com o golpe de Estado que leva o General al-Sisi à presidência, deve-se, portanto, à tentativa da instituição militar de preservar o fundamental do regime fundado por Gamal Abdel Nasser e perpetuado por Anwar al-Sadat, Hosni Mubarak e Abdel al-Sisi.

Liderado pelo Movimento dos Oficiais Livres, o golpe militar de 1952 derruba o Rei Faruq e origina uma mudança tectónica na política árabe. Certamente uma das figuras mais marcantes do mundo árabe, Gamal Abdel Nasser assume a liderança do governo revolucionário depois de afastar Muhammad Naguib e desenvolve a sua ideologia pan-arabista, assente no socialismo, no anti-imperialismo e no nacionalismo árabe<sup>10</sup>. A ascensão de Nasser representava uma rutura com as elites políticas dominantes desde a independência dos países árabes, elites frequente e diretamente apoiadas pelas antigas potências coloniais. Eram as mesmas elites que, em 1948, se revelaram incapazes de suprimir a independência de Israel, mesmo depois de vários países árabes terem lançado uma investida militar conjunta contra o Estado hebraico.

A inovação política de Nasser residia na utilização das forças armadas como a instituição de vanguarda que cumpriria o desenvolvimento e independência nacionais. Na ausência de outras classes modernizadoras, restava aos militares assumirem o poder e, através do modelo socialista estatizante, efetuar o desenvolvimento nacional<sup>11</sup>. Tal como na esmagadora maioria dos países árabes, existia, no Egito, um pacto informal entre um regime que proporcionava a melhoria das condições de vida das massas em troca da não-participação do povo na política. As elites, dominando o Estado, garantiam o bem-estar através das infraestruturas públicas, da reforma agrária, da industrialização e da criação de empregos permanentes na administração pública. Também os bens essenciais – pão, transportes, gasolina, electricidade, etc. – eram subsidiados pelo Estado para aliviar os efeitos da inflação e dos rendimentos baixos. Os primeiros anos de Nasser saldar-se-iam por avanços significativos nestas áreas, o que gerou a lealdade das massas ao regime e, igualmente crucial, às forças armadas.

---

10 Sobre o nasserismo, ver Nasser (1955), St. John (1960); Hopwood (1993, capítulo 5); Beattie (1994), El-Ghonemy (2004).

11 Existe uma literatura vastíssima em volta do papel da instituição militar em processos de modernização. Dois artigos pioneiros sobre o tema são: Bill (1969) e Nordlinger (1970). Sobre o caso egípcio ver Abdel-Malek (1962) e Perlmutter (1981).

---



Na frente externa, dado a dependência das elites tradicionais relativamente às potências coloniais, uma política anti-imperialista seria o corolário natural do projeto modernizador de Nasser. No âmbito desse combate ao imperialismo, a “ameaça sionista” encarnada por Israel era entendida como a consequência direta das opções geopolíticas traçadas pelas potências coloniais. Esta visão nasserista apontava, portanto, para um inexorável confronto com Israel, investida militar essa lançada pelos países árabes em outubro de 1967. A Guerra dos Seis Dias saldou-se pela vitória inequívoca de Israel, que passou a ocupar a zona leste de Jerusalém, os Montes Golã e a Península do Sinai. O estrondoso fracasso árabe, marcado pela incompetência dos líderes que conduziram a guerra, condenaria o nasserismo e minava a legitimidade de vários regimes nacionalistas da região. Para as massas árabes, a inépcia militar dos regimes seculares árabes provocaria o descrédito das elites dominantes (Oren, 2002, pp. 305-327).

Em consequência da morte do presidente Nasser, em outubro de 1970, abre-se o caminho para uma tentativa de relegitimar o regime. Cabe às forças armadas, o pilar central do poder autoritário egípcio, determinar a escolha do sucessor de Nasser. Essa escolha recai sobre Anwar al-Sadat, na altura vice-presidente do país. Sadat traça uma nova orientação para o Egito: repudia a aliança militar com Moscovo, junta-se a Washington, desmonta as políticas socialistas de Nasser e mostra uma abertura em relação à Irmandade Muçulmana, que Nasser reprimira. Igualmente importante, prepara-se para fazer a guerra contra Israel (Lippman, 1989).

Lançada em outubro de 1973, a ofensiva militar árabe contra Israel, depois dos insucessos de 1948 e, sobretudo, da humilhação às mãos do Estado hebraico aquando da Guerra dos Seis Dias, constitui um sucesso relativo do Egito. Por isso mesmo, o desfecho da Guerra de Yom Kipur leva al-Sadat a consolidar o seu poder. Paradoxalmente, seria esse mesmo sucesso militar que permite a al-Sadat dar o passo histórico de discursar no Knesset e celebrar um tratado de paz com Telavive. E seria essa decisão histórica que teria repercussões monumentais na região, e, anos mais tarde, em 1981, seria a causa da morte de al-Sadat às mãos de assassinos da *Jihad* Islâmica, que o acusara de traição à causa árabe e ao islão.

Após o assassinato de al-Sadat, a instituição militar reúne-se em volta de Mubarak, herói militar da Guerra de Yom Kipur e vice-presidente de al-Sadat. Instalado na chefia do Estado, enfatiza a ameaça terrorista e o perigo representado pela Irmandade Muçulmana para justificar a declaração do estado de emergência e inaugura uma onda generalizada de repressão. A repressão será largamente conduzida pela polícia e pelos serviços secretos do regime. Dava-se o primeiro passo no sentido de criar um aparato de segurança nacional – a polícia e a temida *mukhabarat* – assente no Ministério do Interior que seria responsável pela supressão das correntes oposicionistas. Concomitantemente, o domínio da sociedade e da política será assegurado.

rado através do Partido Nacional Democrático – herdeiro da União Socialista Árabe de Nasser.

Porque preserva a orientação estratégica do Egito traçada por al-Sadat, Mubarak tranquiliza os seus aliados internacionais. Mantém inalteradas as relações privilegiadas com os Estados Unidos, e, igualmente relevante, honra os Acordos de Camp David e o Tratado de Paz com Israel. Estas opções estratégicas, em conjugação com os fracassos económicos e sociais do regime, conduzem à crescente radicalização da oposição. Nos anos 80, grupos salafistas erguem-se contra o Estado egípcio. Mubarak, à semelhança do regime militar argelino, inicia uma guerra sem quartel contra os islamitas, particularmente depois do massacre de 58 turistas em Luxor, em novembro de 1997 (Wright, 2006, pp. 256-257; al-Sayyid, 2003, pp. 7-21).

Mas o esmagamento dos jihadistas apenas prolonga por algum tempo a vida do regime. Curiosamente, em termos macroeconómicos, o Egito era um caso inequívoco de sucesso. Em 2008, a economia crescia a um ritmo de 7,2% ano e, depois da crise financeira mundial, mantinha um crescimento de 4,7% em 2009 (Quartey, 2010, p. 258). Todavia, a crescente desigualdade, a pobreza extrema e o desemprego jovem, aliado à fraude eleitoral das legislativas de novembro de 2010, agravaram o descontentamento de vários sectores sociais. A ineficácia do Estado egípcio em áreas tão críticas como a educação, a saúde e o apoio social contribuíram para o enraizamento da popularidade da Irmandade Muçulmana, que prestava serviços sociais à população, assim substituindo o Estado. A importância geoestratégica do país, a força política do islamismo e a cooperação do Cairo na luta global contra o terrorismo, convencem a Casa Branca a seguir uma abordagem cautelosa face ao repentino processo de mudança.

As gigantescas manifestações de contestação ao regime de Mubarak, do dia 25 de janeiro de 2011, tiveram como causa imediata a repressão policial. No “Dia da Revolta”, quinze mil manifestantes ocuparam a praça Tahrir, a partir da qual se organiza a contestação alargada ao tirano<sup>12</sup>. Com a intensificação dos protestos, no dia 28 de janeiro, a “Sexta-feira da Ira”, a violência nas ruas de Cairo culmina com o incêndio da sede do Partido Nacional Democrático, símbolo da corrupção e da arbitrariedade do faraó, e o veículo usado por Gamal Mubarak para se afirmar na política egípcia. Perante a extensão da contestação, à qual – e apesar das hesitações – se junta a Irmandade Muçulmana, os aliados internacionais de Mubarak distanciam-se do regime. Particularmente branda, a primeira reação de Barack Obama salda-se pela condenação genérica da violência e pelo apelo à diminuição das tensões. Contudo, dias depois, a 30 de janeiro, Hillary Clinton afirma a necessidade de uma nova solução política que termine numa transição democrática (Landler, 2011).

---

12 Sobre a revolução da praça Tahrir que derrubou Mubarak, ver Cook (2013), Osman (2013) e Cambanis (2015).

Protestos de grande intensidade marcam os primeiros dias de fevereiro de 2011. Crescentemente isolado, e numa tentativa de apaziguar a ira dos manifestantes, Mubarak afirma que não apresentará a sua candidatura às eleições presidenciais de setembro, mas, talvez acreditando que ainda comanda os acontecimentos, acrescenta que tenciona cumprir o seu mandato até à realização do escrutínio (Khalaf e Saleh, 2011). Trata-se de uma tentativa de estabelecer um compromisso informal com os contestatários, assente na convicção de que a palavra do faraó seria o suficiente para os desmobilizar. Se Mubarak conseguisse esse resultado, eventualmente poderia conservar o poder. No mínimo, ganhava tempo suficiente para gerir a sua sucessão; há muito que Mubarak planeava colocar o seu filho Gamal na presidência.

Em resposta, a 11 de fevereiro, centenas de milhares de manifestantes exigem a demissão imediata do ditador. Acantonado, e abandonado pelas forças armadas e seus aliados internacionais, Mubarak refugia-se em Sharm el-Sheik, onde, pouco tempo depois, será detido. A queda de Mubarak deve-se à retirada do apoio ao faraó por parte da instituição militar. Perante as câmaras de televisão, no dia 11 de fevereiro, o vice-presidente Omar Suleiman, homem forte da *mukhabarat*, anuncia que o Conselho Supremo das Forças Armadas, presidido pelo Ministro da Defesa, Hussein Tantawi, iria assumir o controlo do Estado (Shadid, 2011). As novas autoridades militares comprometem-se com eleições livres, mas rapidamente se verifica que a hierarquia militar, agindo através do Conselho Supremo das Forças Armadas, pretende definir os contornos da transição. Porém, a capacidade da instituição militar para tutelar a transição revelar-se-á limitada, e Muhammed Morsi, candidato da Irmandade Muçulmana, emerge como vencedor das eleições presidenciais.

Mas o triunfo de Morsi não passa de uma vitória de Pirro. Incapaz de criar pontes e consensos entre as fações religiosas e sociais, nomeadamente os militares, Morsi via-se a braços com a estagnação económica – aumento da inflação e dos preços dos bens essenciais acompanhado pela fuga dos investidores estrangeiros – e uma relação conflituosa com a oposição política, acusada pelo novo governo de conspiração (Black, 2013). Um ano depois de assumir a chefia do Estado, praticamente destituído de margem de manobra política, Morsi declara que a função presidencial não estaria sujeita à supervisão judicial. Perante esta deriva autoritária do novo presidente, Tahrir volta a ser palco de manifestações massivas tanto a favor como contra Morsi e a Irmandade Muçulmana. Finalmente, em julho de 2013, as forças armadas removem Morsi do poder<sup>13</sup>. Em resposta, a Irmandade Muçulmana organiza a contestação de rua ao General al-Sisi e exige a libertação de Morsi, detido pelos militares.

---

13 Sobre o fracasso de Morsi, ver Trager (2016), Kirkpatrick (2013), Gerbaudo (2013), Sayigh (2012) e Colombo (2014).

Como presidente interino, foi escolhido Adly Mansour, que marca eleições presidenciais para maio de 2014, depois de uma revisão da lei eleitoral presidencial e de um referendo nacional que aprovara a nova constituição em janeiro desse ano. É eleito como presidente do Egito, com 96,91% dos votos, o ex-Ministro da Defesa – cargo que, entre agosto de 2012 e março de 2014, acumula com a chefia operacional das forças armadas – Abdel Fattah al-Sisi. Na presidência, al-Sisi criminaliza a Irmandade Muçulmana e adota legislação antiterrorista draconiana. A importância regional do Egito leva Washington a procurar normalizar a sua relação privilegiada com Cairo.

Se as forças armadas da Tunísia se mantiveram afastadas da transição política, os militares egípcios desempenharam um papel central na transição do seu país. Mubarak seria afastado para que as forças armadas continuassem a ser o *pivot* do regime, mesmo que, para atingir esse objetivo, fosse necessário ceder temporariamente perante as reivindicações da rua. Quando as exigências dos manifestantes e a vitória eleitoral de Morsi comprometem o papel político dos militares, passa-se de uma tutela militar do processo de democratização para a fase de intervenção direta, ou seja, o golpe militar que afasta Morsi da presidência (Hauslohner, 2014). Os manifestantes e a Irmandade Muçulmana conseguiram remover o faraó do poder, mas não conseguiram a pretendida alteração do regime que Mubarak encabeçou durante décadas. Dir-se-á que o *status quo* abalou, mas conseguiu conservar o essencial do regime criado por Nasser. Tal como no passado, o Egito continua a ser uma ditadura militar e as forças armadas a instituição dominante no país.

### **A “Primavera” nas Baionetas Estrangeiras**

Na sequência das vertiginosas mudanças verificadas na Tunísia e no Egito, o Bahrein aparentava ser o próximo dominó a tombar. Habitado por menos de milhão e meio de pessoas, o reino do Bahrein é maioritariamente xiita. Todavia, desde 1783, o poder político encontra-se concentrado nas mãos da família real sunita al-Khalifa, originária do Qatar. Sob a proteção do Reino Unido até 1971, ano em que Londres se retira do Golfo Pérsico, a família real resiste à tentativa de absorção do país pelo Irão, que reclama o Bahrein como província<sup>14</sup>. Apesar da reivindicação territorial iraniana ter sido formalmente abandonada em 1970, os al-Khalifa continuaram a olhar para os Estados Unidos e para a Arábia Saudita como garantes da sua soberania, alegadamente ameaçada pela “quinta coluna” xiita dentro das fronteiras do país.

Em 1973, após a retirada de Londres, o Emir Isa bin al-Khalifa promulga uma constituição que garante a criação de um parlamento independente e livremente eleito.

---

14 Sobre a história do Bahrein, ver Lawson (1989) e Matthiesen (2013).

Gera-se a esperança junto da maioria xiita que o novo parlamento possa finalmente dar voz a esta comunidade. Porém, em 1975, menos de dois anos depois das primeiras eleições, e perante as críticas oposicionistas dos agrupamentos xiitas, o emir suspende a constituição e demite o parlamento. Promulga uma Lei de Segurança do Estado que coloca limitações draconianas às liberdades individuais, efetivamente colocando um ponto final no processo de abertura.

Em 1999, Hamad bin Isa al-Khalifa substitui seu pai na chefia do Estado e promete uma nova era de liberdades e o retorno à abertura política (Wright, 2006). No ano seguinte, cumprindo as suas promessas, al-Khalifa apresenta uma Carta de Ação Nacional que prevê o estabelecimento de uma monarquia constitucional e a extensão das liberdades políticas. Garante aos xiitas que o parlamento será representativo, o que certamente explica a razão por que 98,4% da população aprova a Carta em referendo. Porém, a nova constituição institucionaliza uma assembleia bicameral que atribuía mais poderes à câmara alta, cujos membros eram nomeados pela monarquia, do que à câmara baixa eleita por sufrágio popular. Em 2002, al-Khalifa declara-se o primeiro Rei do país. A maioria xiita considera estas mudanças como uma traição às promessas da reforma e acusa o regime de discriminação sistémica (Wehrey, 2014, pp. 41-45). A partir deste momento, as “reformas” passaram a ser vistas pela minoria sunita como uma reivindicação exclusiva da comunidade xiita, um instrumento para a conquista do poder no país. Em vez de um projeto genuinamente nacional de modernização política, a liberalização passa a ser conotada com uma agenda de cariz sectária. Está criado o impasse.

Antes das manifestações da praça Pearl, as eleições de 2010 foram objeto de críticas extensas por parte da maioria xiita. Acusa-se o governo de praticar *gerrymandering*, ou seja, de definir as fronteiras dos distritos eleitorais de modo a conceder vantagens eleitorais à comunidade sunita. Por outro lado, um mês antes das eleições, e invocando a lei antiterrorista de 2006, o governo ordena a detenção de vinte e três líderes xiitas. Ainda assim, a *al-Wefaq*, a maior associação política xiita do país, obtém uma pluralidade dos representantes da câmara baixa (Voice of America, 2010). É neste quadro de tensão política que a queda de Mubarak no Egito inspira a comunidade xiita a convocar novas manifestações, na esperança de ver aprovada uma agenda reformista politicamente equitativa.

No dia 17 de fevereiro, que ficaria conhecido como a “Quinta-feira Sangrenta”, as forças de segurança do regime assaltam a rotunda onde se concentravam os manifestantes xiitas, resultando na morte de 74 pessoas e mais de 600 feridos. Um dia depois, temendo uma investida mais violenta sobre os manifestantes, o presidente Barack Obama e Hillary Clinton condenaram a ação das forças de segurança<sup>15</sup>. Mas

---

15 Para uma visão crítica relativamente à reação de Washington aos acontecimentos ocorridos no Bahrein ver Diamond (2013).

as maiores manifestações ocorreriam uma semana depois, nos dias 22 e 25 de fevereiro. Confrontado com uma rebelião que ameaçava escalar, o príncipe-herdeiro Salman al-Khalifa apresenta um plano de reformas e convida os representantes dos manifestantes a iniciarem um diálogo formal com o regime. A 13 de março, o príncipe articula “sete princípios” que balizariam esse diálogo nacional – entre eles, um parlamento independente, um governo que respeitasse os anseios do povo e a criação de círculos eleitorais mais representativos (Lilli, 2015, p. 174). Com efeito, tratava-se de uma proposta que ia ao encontro das reivindicações tradicionais da oposição xiita. É justamente neste momento de abertura política que a *al-Wefaq*, manifestamente saturada com promessas de reformas nunca cumpridas pela família al-Khalifa, comete o seu maior erro estratégico: recusa o diálogo.

Em consequência desta decisão, no dia seguinte, a 14 de março, o *Gulf Cooperation Council* (GCC), a pedido do governo bahreinita, envia para o país um contingente militar do *Peninsula Shield Force*, composto por mais de mil soldados sauditas e 600 polícias dos Emirados Árabes Unidos (Nuruzzaman, 2013). Para todos os efeitos, o reino passa a ser um país ocupado pelas monarquias sunitas vizinhas. O Rei Hamad decreta um estado de emergência de três meses e, com a ajuda das tropas do GCC, as forças de segurança do Bahrein removem os manifestantes da praça Pearl, demolindo o *Pearl Monument*. Tendo a tensão social acalmado, o Rei acaba por levantar o estado de emergência antes da data prevista e, em 29 de junho, é criada a *Bahrain Independent Commission of Inquiry*, composta por cinco personalidades independentes, incumbida de averiguar os incidentes e eventuais violações dos direitos humanos<sup>16</sup>.

A “Primavera Árabe” bahreinita seria interrompida pela intervenção externa da potência regional sunita, a Arábia Saudita, com o apoio dos Estados Unidos, cuja Quinta Esquadra Naval se encontra sediada no Bahrein. A preocupação subjacente à intervenção era clara: o receio de que o processo de democratização terminasse com a conquista do poder pela maioria xiita que, depois, alinharia o reino com o Irão. Para além das implicações que tal mudança estratégica acarretaria para a região, a Arábia Saudita, receosa da sua própria minoria xiita da Província Oriental (Ash Sharqiyah), temia que um Bahrein dominado pelo xiismo incentivaria os xiitas sauditas a contestarem os al-Saud. Dir-se-á que a democratização do Bahrein sucumbiu perante a guerra fria que opõe o Irão e a Arábia Saudita em todo o grande Médio Oriente (Kinninmont, 2012, pp. 20-23)<sup>17</sup>.

A atuação de potências externas também determinou os destinos da Primavera Árabe na Líbia<sup>18</sup>. Contudo, no caso líbio, as considerações geoestratégias das gran-

---

16 Sobre os acontecimentos posteriores à intervenção militar saudita, ver Kinninmont (2012).

17 Ver também Mabon (2012; 2013).

18 Ver também Daalder e Stavridis (2012), Kuperman (2013) e Chivvis (2014).

des potências ocidentais produziram um desfecho deveras distinto: o colapso do tirano. Mas o fim do regime de Muammar al-Qadafi seria acompanhado pela implosão do estado líbio. Neste vazio de poder em que se transforma a Líbia depois da queda do ditador, as milícias que combateram al-Qadafi assumiram o controlo de parcelas do território e o Estado Islâmico estabeleceu um centro de operações na costa leste, um palco a partir do qual visa estender a sua influência para o Magrebe. As quedas de Ben Ali e de Hosni Mubarak também inspiraram os protestos líbios que, seis meses mais tarde, culminaram com a morte do déspota. Uma semana após a queda do “faraó egípcio”, dezenas de milhares de manifestantes anti-Qadafi assumiam o controlo da administração de Benghazi. Conquistada a cidade, grupos armados partiam a caminho de Trípoli determinados a derrubar o tirano que durante mais de quatro décadas impôs a sua visão excêntrica do mundo à população líbia e que preparava um dos seus filhos – Saif al-Islam al-Qadafi – como seu sucessor.

Em 1969, então um jovem oficial do exército de 27 anos, al-Qadafi lidera o golpe de Estado que afasta o Rei Idris I<sup>19</sup>. Forma-se um Conselho de Comando Revolucionário Líbio que abole a monarquia e proclama o estabelecimento da República Árabe Líbia. Sinalizando a sua adesão às ideais pan-arabistas de Nasser, al-Qadafi e os militares revolucionários adotam o lema que configura todo um programa político: “Liberdade, Socialismo e Unidade”. Os oficiais que lideraram o golpe organizam a União Socialista Árabe, que se torna, nos primeiros anos da nova república, o partido único que sustenta politicamente o regime. Ao longo dessa primeira década de poder, al-Qadafi emerge como a figura preponderante da nova ordem e, mais tarde, líder único. Com a passagem das décadas, tornou-se evidente que o pensamento político de al-Qadafi era uma amálgama pessoal, altamente idiossincrática, de ideais pan-arabistas, pan-islâmicas, pan-africanas e socialistas. Na frente externa, a Líbia de al-Qadafi aproxima-se da União Soviética, desta forma afastando-se dos Estados Unidos e do Reino Unido. O apoio líbio ao terrorismo internacional também afasta por várias décadas Trípoli das capitais ocidentais, fazendo do país um pária internacional.

No plano interno, a visão do líder líbio será explicitada nas páginas do seu célebre *Livro Verde*, uma tentativa algo confusa de fazer a síntese entre o islamismo, o comunismo e o capitalismo (Pargeter, 2012, pp. 85-91). O modelo político articulado através do *Livro Verde* transpõe-se para o Estado com a proclamação da Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, depois Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia (Hajjar, 1980). Oficialmente descrita como uma democracia direta das massas populares, a Jamahiriya era, no fundo, um despotismo absoluto dominado por Muammar al-Qadafi e o clã que o rodeava.

---

19 Sobre os anos de al-Qadafi, ver, Vandewalle (1998; 2008) e Pargeter (2012).

As primeiras manifestações populares contra o regime começam em fevereiro de 2011. As autoridades respondem com uma feroz vaga de repressão, resultando na divisão do país em blocos pró e anti-Qadaffi. A divisão correspondia a clivagens históricas que, ao longo dos anos de vigência do regime autocrático, foram contidas por al-Qadaffi. Divisões tribais, regionais e religiosas vieram ao de cima à medida que se consolidaram os dois blocos. Mais tarde, afastado o tirano, e perante o colapso do Estado, as lutas que se começaram a evidenciar durante a insurreição contra o regime de al-Qadaffi garantiam que a Líbia emergia do caos como um Estado falhado espartilhado entre diversas milícias.

Talvez indicando a sua plena descolagem face à realidade do país, al-Qadaffi julgava ser imune à contestação que alastrava na região. As primeiras grandes manifestações ocorreram no dia 17 de fevereiro na cidade de Benghazi, local onde o regime sempre enfrentara maior resistência e onde manifestações periódicas anti-Qadaffi tinham ocorrido no passado recente. Rapidamente os protestos evoluíram para a insurreição armada, e o regime perde o controlo definitivo de Benghazi e outras cidades do leste. O regime reage com violência extrema e, talvez mais importante, al-Qadaffi, perante os *media* internacionais, declara que irá de “casa a casa” para “limpar” os “ratos e baratas”, mesmo que para isso fosse necessário fazer “correr rios de sangue” (Rojas, 2011). A intenção de al-Qadaffi, expressa numa linguagem sanguinária raramente utilizada publicamente, levanta o espectro de um massacre sem paralelo e, por isso, incentiva os Estados Unidos, França e Reino Unido a equacionar a intervenção militar.

A situação de al-Qadaffi deteriora-se quando, no dia 11 de março, a Liga Árabe solicita junto das Nações Unidas o estabelecimento de uma zona de interdição aérea para proteger as populações civis (Bronner e Sanger, 2011). Com a ofensiva de al-Qadaffi contra os rebeldes de Benghazi a decorrer, Mustafa Abdul Jalil, o líder do Conselho Nacional de Transição, avisa a comunidade internacional que a retomada da cidade pode custar meio milhão de vidas. Perante a ameaça humanitária criada pela ofensiva de al-Qadaffi, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em 17 de março de 2011, a Resolução 1973, proposta pela França, Reino Unido e Líbano<sup>20</sup>. Exige-se o fim da violência contra a população civil e cria-se uma zona de interdição aérea para assegurar esse fim. Autoriza-se o uso de “todos os meios necessários” para proteger a população civil, exceto a formação de uma “força de ocupação estrangeira”. Desta forma se excluía o modelo de intervenção usado no Iraque para derrubar Saddam Hussein, optando-se pelo modelo que levou ao afastamento de Slobodan Milosevic do poder.

Mas, desde o início, era evidente que a resolução iria além do mero estabelecimento de uma zona de segurança aérea e da proteção da população civil. Curiosamente, e

---

20 Para uma discussão sobre esta questão ver Schmitt (2011).



revelando uma inesperada ingenuidade ou indiferença perante esse propósito, Rússia e a China abstiveram-se, assim garantindo a passagem da resolução. Duas razões talvez expliquem este sentido de voto dos dois membros permanentes do Conselho de Segurança. Primeiro, Moscovo e Pequim não possuíam interesses estratégicos na Líbia, nem relações de proximidade com al-Qadaffi. Segundo, e menos verosímil, nem a Rússia nem a China esperaram que a proteção da população civil se transformasse numa missão de mudança de regime.

De qualquer forma, a intervenção militar na Líbia começou no dia 19 de março, dois dias após a passagem da Resolução 1973, com caças franceses a atacarem uma coluna de tropas leais a al-Qadaffi que caminhava para Benghazi (Kirkpatrick, Erlanger, Bumiller, 2011). Ao mesmo tempo, submarinos britânicos lançavam mísseis *Tomahawk* com o intuito de degradar as defesas aéreas do regime. Dez países – posteriormente, mais sete aderiram – da Europa e Médio Oriente formam a coligação internacional e, a 31 de março, a NATO assume o comando das operações. Em consequência dos bombardeamentos, a ofensiva preconizada das forças de al-Qadaffi contra os rebeldes de Benghazi é abortada e, para todos os efeitos, a NATO passa, *de facto*, a ser a força aérea dos rebeldes. A missão de proteger a população civil dava lugar a uma ofensiva militar desenhada para derrubar o déspota.

Seis meses depois, a 20 de outubro de 2011, obrigado a abandonar Trípoli, com o seu regime destruído, o déspota procura resistir até ao fim em Sirte, bastião das forças leais a al-Qadaffi. Cercado por combatentes de milícias rebeldes, o faraó é capturado e sumariamente executado. Dir-se-á que a morte do déspota constituía uma antevisão do caos e arbitrariedade que caracterizaria a Líbia pós-Qadaffi. Após a execução de al-Qadaffi, intensificaram-se as diferenças tribais, religiosas, regionais e ideológicas no país. Neste momento, existem dois parlamentos que reclamam a legitimidade política no país, enquanto a ausência de um Estado funcional permite ao “Estado Islâmico” controlar uma faixa de terra junto ao litoral que utiliza para lançar ataques a alvos ocidentais (Engel, 2015).

### **As Lições da “Primavera”**

As revoltas da “Primavera Árabe” foram, antes de mais, uma brusca e frequentemente violenta expressão popular de descontentamento generalizado com a vida política na região. Milhões de pessoas rumaram às ruas e ocuparam as praças das grandes cidades árabes porque rejeitavam o *status quo*, porque chegaram à conclusão que o estado das coisas era simplesmente inaceitável. Tratava-se de protestos difusos, contra a ordem estabelecida. Esta era simultaneamente a força e a fraqueza dos movimentos que saíram à rua contra os tiranos. Era uma fonte de força porque potencializava uma grande unidade oposicionista; era a fonte de fraqueza porque, uma vez assegurado o derrube do déspota, os movimentos fragmentavam-se ante a necessidade de fazer escolhas políticas sobre a configuração do futuro regime.

Essa fragmentação, por sua vez, abre o caminho a retrocessos, como acontece no Cairo quando os militares derrubam o presidente Muhammed Morsi.

Salienta-se que as revoltas não resultaram de crises económicas; isto é, o *driver* da contestação de massas não foi a fraca *performance* económica dos regimes. Até porque as economias dos países analisados neste trabalho passavam por uma fase de crescimento relativamente robusto. Na década anterior à queda de Ben Ali, a economia tunisina cresceu, em média, 5% ano. Verifica-se, também, um aumento de rendimento *per capita* de 3,2715 USD (em 2005) para 4,176 USD (em 2010)<sup>21</sup>. No caso egípcio, o Produto Interno Bruto registava um aumento real de 7,2% (em 2008), antes de recuar, na sequência da crise financeira internacional, para uns respeitáveis 4,7% (em 2009)<sup>22</sup>. Números semelhantes podem ser citados para o Bahrein. Já a Líbia, com as suas vastíssimas reservas energéticas, poderia apontar, nos anos de al-Qadaffi, para um dos rendimentos *per capita* mais elevados do mundo. Se é verdade que as economias árabes não ficaram inteiramente imunes aos choques provocados pela crise de 2007/08, é igualmente verdade que esses choques foram absorvidos com alguma celeridade.

Procurando explicar as causas da “Primavera Árabe”, a questão verdadeiramente importante não é a de saber se os indicadores macroeconómicos apontavam para o crescimento mais ou menos robusto do Produto Interno Bruto. A verdadeira questão essencial é outra: como eram distribuídos os ganhos económicos e que tipo de acesso existia às oportunidades que o crescimento produzia, independentemente das especificidades nacionais inerentes a esses critérios? Em todos os casos analisados, existiam duas perceções generalizadas na rua árabe. Primeiro, os ganhos não eram distribuídos segundo critérios de justiça, mas sim através da corrupção (Robbins e Jamal, 2015). Não surpreende, pois, que os regimes contestados eram todos acusados de corrupção generalizada. Segundo, os frutos do crescimento económico estavam a ser canalizados para as “famílias” dos tiranos, para uma casta cujo acesso ao poder garantia-lhe o acesso ao enriquecimento. No caso específico da Tunísia, a casta devoradora resumia-se à família alargada de Ben Ali, simbolizada na pessoa da mulher do presidente. No caso do Bahrein e outras monarquias do Golfo, nem sempre era possível distinguir entre a riqueza nacional e a riqueza da casa real.

No Egito, uma sociedade consideravelmente mais complexa, o conceito “família” era mais vasto: a casta englobava o universo dos aliados e colaboradores de Hosni Mubarak. Quando, em novembro de 2008, o Cairo anuncia um ambicioso programa de privatizações – que visa complementar as privatizações de 1991, impostas pelo

---

21 Os valores são da *Statistiques Tunisie* e podem ser consultados em <http://regions.ins.tn/qmaotte/tunisia-gdp-per-capita>.

22 Os valores são da *Egypt Data Portal* e podem ser consultados em <http://egypt.opendataforafrica.org/ppwkczy/egypt-gdp>.

FMI – desenhado para dismantelar o modelo económico de Nasser, Mubarak deliberou que seria o seu filho Gamal– e putativo sucessor – a supervisioná-lo (Saif e Choucair, 2008). Com efeito, seria Gamal a determinar os grupos – invariavelmente aliados da família Mubarak – a serem beneficiados com os ativos alienados pelo Estado. No caso líbio, a família al-Qadaffi assumiu um papel preponderante na vida económica do país. Apontado com sucessor do tirano, o filho mais velho de al-Qadaffi, Saif al-Islam al-Gadaffi, advogava o reformismo económico, um programa de privatizações e a abertura ao investimento estrangeiro. O mesmo padrão verificou-se na Síria e no Iémen. Dito de forma mais simples, nas sociedades árabes gerou-se a convicção de que as lideranças políticas utilizavam o poder para acumular fortunas para as suas famílias, amigos e aliados. Daí que as acusações de corrupção feitas pelos manifestantes em praticamente todos os países tocados pelos ventos da “Primavera Árabe” devem ser entendidas como uma condenação política dos regimes, e não apenas como uma censura moral da corrupção (Clancy-Smith, 2016).<sup>23</sup>

O problema da corrupção talvez fosse ultrapassável se os autocratas conseguissem preservar o pacto informal há décadas em vigor entre as lideranças e a população; isto é, se, em troca da desmobilização política, o Estado continuasse a garantir um nível aceitável de bem-estar coletivo. Estados com vastas reservas de gás e petróleo conseguiram aumentar os gastos com programas sociais e, assim, preservaram a estabilidade. A Líbia e as monarquias do Golfo, particularmente a Arábia Saudita, optaram por esta estratégia. Mas era uma escolha vedada às elites na Tunísia e no Egito, destituídos de recursos energéticos e a braços com a necessidade de reduzir encargos orçamentais correntes. À medida que os apoios e subsídios eram retirados aos bens essenciais, os preços aumentavam vertiginosamente. No Egito, por exemplo, os preços dos alimentos essenciais subiram em 19% no ano anterior ao início da contestação a Mubarak (Gaub, 2012). A erosão do regime agudizava-se à medida que se rompia o pacto informal com a população.

Particularmente grave era o facto de as economias árabes serem incapazes de gerar empregos em número suficiente para as suas populações jovens. Os investimentos massivos feitos ao longo de décadas na educação serviram para qualificar faixas significativas da população, para possibilitar que aspirassem à mobilidade social. A aposta na educação era, aliás, uma das conquistas invocadas pelos autocratas para legitimarem o seu poder. Porém, a ausência de inovação na economia, e o peso

---

23 Todavia, em 2013, na sequência das revoluções árabes, a “Transparência Internacional” elaborou um estudo de opinião que revelava que em três dos quatros países inquiridos – Egito, Tunísia e Iémen – a opinião pública considerava que a corrupção aumentara desde o colapso dos tiranos. No Egito, 80% dos inquiridos responderam afirmativamente. A Líbia constituiu a exceção; 46% afirmaram que houvera uma diminuição da corrupção (Torchia, 2013).

esmagador do funcionalismo público – por exemplo, 70% dos postos de trabalho na Líbia eram no sector público –, significava que não era possível gerar empregos em número suficiente para absorver os quadros qualificados. Dos 2,4 milhões de egípcios que se encontravam desempregados em 2009, 35% possuíam graus universitários – no Cairo, a percentagem subia para os 54%. Considerando que 60% da população dos países árabes tem idade inferior a 30 anos, e 30% encontra-se na faixa dos 14 a 24 anos de idade, percebe-se o colossal *youth bulge* existente nas sociedades do Magrebe e do Médio Oriente (Hoffman e Jamal, 2012). Por exemplo, no Bahrein, em 2010, 42% da população tinha uma idade inferior a 20 anos, e apenas 4,1% tinha mais do que 65 anos de idade. Face às expectativas frustradas pela promessa de novas oportunidades e mobilidade social resultantes da educação universal, não surpreende que a “Primavera Árabe” fosse largamente conduzida por jovens com menos de trinta anos.

Com efeito, as revoluções que consubstanciam a “Primavera Árabe” foram dinamizadas pelas camadas mais jovens de sociedades extremamente jovens. Há, no mundo árabe, um número elevado de jovens que sente, de forma desproporcional, os efeitos do desemprego e da ausência de oportunidades. Tudo isto é inegável. Contudo, o que vale a pena frisar é que a natureza do problema é política e não económica. Depois de terem gerado tremendas expectativas junto das suas populações, os despotismos desta região revelaram-se incapazes de responderem às novas exigências sociais que resultaram dos projetos de modernização lançados por estes regimes na década de 1960. Não conseguem, em 2010/2011, responder às novas realidades porque, em larga medida, as instituições criadas 40 anos antes mostraram-se demasiado rígidas para absorver novas camadas sociais que, compreensivelmente, se alienaram das instituições políticas ossificadas. Daí que os manifestantes tenham insistido na necessidade de romper com o *status quo*, com as coisas como elas eram. Numa palavra, exigiam o fim da estagnação.

Confrontados com a estagnação provocada por regimes que, depois de quatro décadas, fossilizaram, os manifestantes que saíram para as ruas durante a “Primavera Árabe” direcionaram a sua ira contra quem se empenhara em criar regimes dinásticos. Na década de 1990, o presidente sírio Hafez al-Assad estabeleceu o precedente ao transformar a sua ditadura republicana num regime dinástico (Ahram, 2002; Taylor, 2014, pp. 83-113). É certo que a tradição dinástica tem raízes profundas nas sociedades tribais do Magrebe e do Médio Oriente, mas a promessa igualitária republicana do nasserismo e do baathismo não era compaginável com o estabelecimento de dinastias políticas. Assad, portanto, inovou quando começa a preparar o seu filho Basel para o suceder na presidência síria. Todavia, quando, em 1994, Basel morre num acidente de viação, outro filho, Bashar, emerge como putativo herdeiro do poder ditatorial de al-Assad. Ao mesmo tempo, no Egito, Gamal Mubarak, o mais novo dos dois filhos do presidente Hosni Mubarak, começa a ser preparado

---

como sucessor do presidente octogenário. Na Líbia, al-Qadaffi, no poder em Trípoli desde 1969, toma passos para transferir o poder para um dos seus filhos, Saif al-Islam. Se a perpetuação de regimes arcaicos era crescentemente inaceitável para grande parte das populações árabes, a perpetuação do poder da família durante mais uma geração era, simplesmente, inimaginável.

Esta tentativa de estabelecer dinastias familiares resultava da natureza intrínseca dos regimes criados pelos faraós. Dito de forma diferente, os autocratas, por razões de lealdade, rodeavam-se com elementos da sua família direta, muitos dos quais ocupavam os lugares mais sensíveis no aparato de segurança nacional. A penetração das famílias nas estruturas do Estado – e, sobretudo, nos serviços de informações (*mukhabarat*) e nas forças armadas – contribuiu para a “desinstitucionalização” dos regimes, ou seja, as instituições eram crescentemente destituídas de autoridade e esvaziadas de legitimidade (Sadiki, 2009). Confundia-se o Estado com o poder pessoal do tirano e da “família”. Por conseguinte, quando o Estado deixa de ter capacidade para responder ao aumento de expectativas da população, não era possível evitar que a responsabilidade pelas disfuncionalidades do sistema fosse diretamente atribuída ao déspota. Então qual a razão que leva os ditadores a enfraquecerem o Estado e a esvaziarem as instituições? A resposta é óbvia: instituições estatais fortes – particularmente as forças armadas – constituíam uma fonte alternativa de legitimidade e de poder, constituíam uma ameaça ao poder absoluto do tirano. Alias, golpes de Estado eram tudo menos infrequentes na região.

Eis uma das razões que explica os desfechos dissimilares nos vários países. Na Tunísia, a instituição militar, que se via como o garante da integridade do Estado, mantivera alguma distância relativamente ao regime. Por isso, instigada a suprimir a população, permitiu o afastamento do ditador e o desmantelamento do regime. A Tunísia foi, de facto, o único país onde se assiste à mudança pacífica de regime. Na Líbia também se verificou a mudança de regime, mas através de uma intervenção militar externa. A natureza pessoalista do regime, e a fraqueza das suas instituições, incluindo as forças armadas, levou à implosão de um Estado que já era extremamente débil. No Egito, a instituição militar afasta o déspota para preservar o essencial do regime, e os privilégios das forças armadas, criado pelo Movimento dos Oficiais Livres. No Bahrein, as reivindicações dos manifestantes incidiram sobre a natureza institucional da monarquia, particularmente os poderes do parlamento e a natureza da representação política da maioria xiita.

Com efeito, o papel adotado pelas forças armadas nos processos de contestação aos regimes autocráticos revelar-se-ia determinante para o sucesso ou fracasso da transição<sup>24</sup>. Dir-se-á que quanto mais coesa era a instituição militar, mais capacidade

---

24 Para um excelente estudo comparativo do papel das forças armadas na “Primavera Árabe” ver Barany (2011).

detinham para moldar o processo revolucionário. Um dos aspetos que explica a violentíssima mudança na Líbia reside no facto de al-Qadaffi, temendo golpes de Estado, ter, ao longo das décadas, enfraquecido as forças armadas, substituindo-as por tropas especiais pessoalmente leais e usualmente comandadas por membros da família (Gaub, 2013). O padrão repetia-se na Síria, no Iémen e, antes disso, no Iraque de Saddam Hussein.

Mas talvez o caso egípcio seja de todos, o mais interessante. Aí as forças armadas eram os fundadores do regime, a vanguarda do projeto de modernização nacional nasserista, a instituição que tutelava o regime e escolhia os chefes de Estado que, esperava-se, respeitariam o poder e os interesses corporativos da instituição. Mubarak verdadeiramente nunca tentou enfraquecer a instituição; pelo contrário, até aumentou o papel das forças armadas na economia. Pode-se dizer que, para a hierarquia militar, a intenção de Mubarak de firmar a sucessão dinástica de Gamal era o principal perigo que se adivinhava no horizonte. A criação de uma dinastia teria, como consequência, o resultado de minar o papel tutelar das forças armadas sob o regime, de criar uma legitimidade dinástica que, mais cedo ou mais tarde, forçosamente colidiria com os interesses corporativos da instituição militar. Impunha-se, portanto, remover Mubarak para conservar o essencial.

Seria impossível avaliar a “Primeira Árabe” sem referir o impacto da intervenção das potências externas que se envolveram no *tsunami* revolucionário que assolou o Magrebe e o Médio Oriente. No Iémen e na Síria, a intervenção militar de países como a Rússia, a Arábia Saudita e os Estados Unidos não produziu uma façanha vitoriosa; mas certamente evitou a derrota de al-Assad e das forças que combatem os Houthis iemenitas. Quanto à Líbia, nenhuma dúvida pode restar quanto ao papel determinante desempenhado pela NATO no desaire de al-Qadaffi. Se a NATO não fosse a *de facto* força aérea dos insurretos, al-Qadaffi provavelmente teria sobrevivido à insurreição. A questão, então, passa a ser: por que razão a NATO tomou a decisão de intervir?<sup>25</sup> Os motivos da França parecerem relativamente óbvios: depois dos erros cometidos na Tunísia, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, viu na Líbia uma oportunidade para reconquistar a popularidade perdida junto da opinião pública francesa (Vinocur, 2011). Quanto aos Estados Unidos, agir na Líbia, uma opção que dividia a administração Obama, afigurava-se como uma oportunidade para retomar a iniciativa política na região depois das respostas tardias e algo contraditórias dadas pela Casa Branca aquando dos protestos no Egito.

Obama confrontava-se com a seguinte dúvida: se a guerra contra o terrorismo trouxe ganhos geoestratégicos para os Estados Unidos, os acontecimentos verificados no Egito colocavam Washington perante o dilema de saber como apoiar uma

---

25 Sobre os fatores que levaram as potências a intervir militarmente na Líbia, ver Byman (2013).

agenda de democratização em países autocráticos mas estrategicamente vitais? Dito de outra forma, como conciliar o imperativo estratégico de apoiar ditadores no curto prazo para assegurar a estabilidade com o compromisso de promover a democratização a longo prazo? O dilema, já expresso no célebre “discurso do Cairo” de 2009 proferido por Barack Obama, resultava de outro paradoxo: os processos de democratização em sociedades radicalizadas por regimes autocráticos apoiados pelos Estados Unidos aumentavam o risco de que os governos sucessores fossem adversos aos interesses de Washington. A vitória dos *ayatollahs* no Irão exemplifica os perigos inerentes a ruturas revolucionárias com regimes longamente apoiados pela Casa Branca. De acordo com esta analogia, prosseguir a democratização em países como o Egito levantava o risco de aliados – como era Hosni Mubarak – serem substituídos por movimentos islamitas profundamente hostis aos interesses americanos. Estes dilemas explicam as ambiguidades de Barack Obama quando confrontado com as manifestações na praça Tahrir nos primeiros meses de 2011.

Por outro lado, vários regimes árabes, incluindo o líbio, davam um contributo importante para o esforço americano contra o terrorismo internacional. Por exemplo, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, Tunes mostrou-se solidária com a “*war on terror*” da administração Bush (The White House, 2004). Apesar do manifesto autoritarismo do regime, a solidez, estabilidade e o carácter secularista do governo tunisino faziam de Ben Ali um relevante aliado regional de Washington. A situação não era muito diferente na Jordânia, no Egito, na Argélia ou no Iémen. Por isso, durante o período que antecede a queda do antigo líder tunisino, as autoridades americanas são acusadas de morosidade em declarar o seu apoio às manifestações antigovernamentais. A resposta norte-americana aos acontecimentos torna-se progressivamente mais favorável à nova ordem política tunisina, e, depois da fuga de Ben Ali, Barack Obama finalmente “condena o uso da violência contra cidadãos pacificamente expressando as suas opiniões na Tunísia, e eu aplaudo a coragem e a dignidade do povo da Tunísia”. Mas o apoio expresso ao processo revolucionário tunisino, tido como democrático, não era sinónimo de apoio aos movimentos contestatários que começaram a grassar no Médio Oriente.

Outra, e eventualmente mais profunda, ironia da “Primavera Árabe” prende-se com o dilema que suscitou em Israel. Dir-se-á que o Estado hebraico, desde o advento dos regimes nacionalistas árabes que utilizavam a retórica anti-israelita para mobilizar apoios nacionais, sabia o que esperar dos seus vizinhos árabes. A previsibilidade relativa dos Estados árabes era um ativo estratégico para os chefes militares israelitas. As mudanças associadas à “Primavera Árabe” representavam, por várias razões, um perigo tremendo para Telavive. Primeiro, introduziam novos atores políticos – tais como a Irmandade Muçulmana – que, previsivelmente, seriam mais implacáveis com Israel do que os líderes nacionalistas. Isto porque governos que emergissem do sufrágio popular teriam a tendência para ser mais beligerantes

na medida em que as campanhas eleitorais provocavam uma corrida à retórica anti-israelita. A experiência de Israel com as eleições na Autoridade Palestiniana – e os resultados obtidos pelo Hamas na Faixa de Gaza – demonstravam que a democratização árabe tendencialmente aumentava o perigo existencial enfrentado por Israel. Com efeito, a campanha eleitoral egípcia, e a presidência de Morsi, serviram para confirmar os receios quanto à segurança do Estado hebraico.

Não eram só os israelitas que temiam a abertura política e a subsequente dinâmica resultante da competição eleitoral em Estados árabes recém-democratizados. As minorias que habitavam estes países só poderiam olhar para a democratização com alguma inquietação. É certo que grupos historicamente discriminados, como a tribo Warfalla na Líbia ou os xiitas do Bahrein, ansiavam pela mudança. Mas é igualmente verdade que a minoria cristã copta no Egito, os cristãos sírios, os curdos e os alauitas não poderiam senão ter uma posição mais ambígua em relação a qualquer alteração de poder. Estes anseios confirmaram-se no Egito quando grupos islamitas provocaram motins que vitimizaram centenas de cristãos coptas. Na Síria, o problema tornar-se-ia ainda mais dramático à medida que a guerra civil se prolongava. Porque as alternativas eram consideravelmente piores, as minorias cristã, curda, alauita, yazidi e outras acabariam por apoiar o regime de al-Assad à medida que as milícias sunitas dominavam a insurreição síria. Na Tunísia, perante a possibilidade de os islamitas do *Ennahda* questionarem o laicismo, grupos ligados aos diretos das mulheres passaram a desempenhar um papel de crescente resistência à tentativa de islamizar o país.

Na ausência de instituições que possam atenuar a demagogia e garantir os direitos cívicos e políticos das minorias, a democracia transforma-se numa lógica implacável de maiorias a governar contra minorias. Dir-se-á que a virtude da política democrática reside na proteção concedida às minorias face às tentações hegemónicas das maiorias. Este caminho de impor a hegemonia maioritária foi evitado na Tunísia, mas foi seguido por Muhammed Morsi antes de ser derrubado pelos militares egípcios. Capazes de mobilizar as maiorias em vários países árabes, os movimentos islamitas ameaçam utilizar a democracia eleitoral para erguerem novas tiranias. Ante esta possibilidade, não surpreende que vários grupos minoritários acabaram por apoiar o mal conhecido, seja ele al-Assad ou al-Sidi. Mas, ao enveredar pelo caminho menos mau, não se resolvem os impasses estruturais que provocaram as rebeliões da “Primavera Árabe”. As causas permanecem; apenas se alongou o horizonte da crise.

Por último, um aspeto positivo: as revoluções árabes revelaram a ineficácia da estratégia jihadista seguida pela *al-Qaeda* e os demais grupos salafistas. As guerras insurreccionais que estes grupos conduziram durante décadas contra os autocratas da Argélia, da Arábia Saudita, do Egito e outros países saldaram-se pelo fracasso. Na Argélia e no Egito, o Estado respondeu com igual violência. Ao mesmo tempo,



a ameaça que estas organizações comportavam davam aos regimes autocráticos uma justificação para manter ou, em muitos casos, intensificar a repressão. Até al-Qadaffi e al-Assad, em nome do combate ao terrorismo, conseguiram obter a anuência de países ocidentais quando surgiam as reprovações relativamente às violações dos direitos humanos. Ironicamente, seria a contestação pacífica de populações saturadas com os faraós que abalava as tiranias, e em alguns casos, levaram o faraó a abandonar o poder. Dir-se-á que os resultados da “Primavera Árabe” foram poucos, mas, comparados com os resultados obtidos pela *al-Qaeda* e seus aliados, foram inegavelmente mais extensos e duradouros.

### Conclusão

Dir-se-á, com cinco anos de retrospectiva, que as esperanças expressadas pela euforia das massas populares que ocuparam as ruas e as praças ao longo da “Primavera Árabe” dificilmente poderiam ser cumpridas. As revoltas, por muito orgânicas que fossem, esgotaram-se no objetivo que unia os contestatários: remover o tirano. Concretizado o derrube do ditador, frequentemente sobrevivia a ditadura porque o movimento popular se desagregara. Com efeito, apenas na Tunísia se afastou o autocrata e se desmantelou o regime autoritário. Visto numa ótica de democratização, muito dificilmente se poderá afirmar que a “Primavera Árabe” se cumpriu.

No entanto, onde eleições foram realizadas, a mobilização política e as campanhas eleitorais tiveram a consequência de aprofundar as clivagens que há muito permeavam estas sociedades. Isto numa fase em que as instituições representativas em vias de criação se revelaram manifestamente incapazes de absorver as reivindicações oriundas da sociedade civil. O resultado foram os impasses conhecidos – o caso mais evidente foi o egípcio – e o subsequente regresso ao poder autoritário.

Certamente o legado mais trágico da “Primavera Árabe” vive-se na Síria, onde, cinco anos depois do início da guerra civil, ainda não se vislumbra o fim da chacina. Não deixa pois de ser paradoxal que os ganhos do autoproclamado “Estado Islâmico no Iraque” e na Síria resultaram dos fracassos da “Primavera Árabe”, de processos que se saldaram pelo desmoronamento do Estado sírio. Os processos revolucionários líbio e iemenita também produziram guerras civis, Estados falhados e, em ambos os países, o “Estado Islâmico” preencheu o vazio.

Por último, a ironia da “Primavera Árabe” reside no facto de que os tiranos que mais intensamente utilizaram a força contra os manifestantes foram os que resistiram no poder. Hosni Mubarak e Ben Ali foram removidos da chefia do Estado porque perderam o apoio das suas respetivas instituições militares, as mais profissionalizadas do mundo árabe. Cinco anos depois, continuam a ser os militares que determinam os destinos de grande parte da região. Este dado, na medida em que as instituições militares proporcionam algumas garantias de estabilidade regional, tranquiliza muitas potências estrangeiras. Mas, em última análise, foram justa-

mente este tipo de regimes que criaram as condições que produziram as rebeliões da “Primavera Árabe”. Se assim é, haverá, num futuro mais ou menos próximo, outra “Primavera” das nações árabes.

## Referências

- Abboud, S. N., 2016. *Syria*. Cambridge: Polity Press.
- Abdel-Malek, A., 1962. *Egypt: Société Militaire*. Paris: Editions de Seuil.
- Ahram, A. I., 2002. Iraq and Syria: The Dilemma of Dynasty. *Middle East Quarterly*, 9(2), pp. 33-42.
- Ajami, F., 2012. *The Syrian Rebellion*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Alexander, C., 2016. *Tunisia: From Stability to Revolution in the Maghreb*. New York: Routledge.
- al-Sayyid, M. K., 2003. “The Other Side of the Islamist Movement”. *Global Policy Program Working Paper n°33*, Carnegie Endowment for International Peace, pp. 7-21, disponível em <http://carnegieendowment.org/files/wp33.pdf>.
- Barany, Z., 2011. The Role of the Military. *Journal of Democracy*, 22(4), pp. 24-35.
- Beattie, K. J., 1994. *Egypt during the Nasser Years: Ideology, Politics, and Civil Society*. Boulder: Westview Press.
- Bill, J. A., 1969. The Military and Modernization in the Middle East. *Comparative Politics*, 2(1), pp. 41-62.
- Black, I., 2013. Mohamed Morsi: the Egyptian opposition charge sheet. *The Guardian*, 13 de julho de 2013, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/03/mohamed-morsi-egypt-president-opposition>.
- Bronner, E.; Sanger, D. E., 2011. Arab League Endorses No-Flight Zone over Libya. *The New York Times*, 12 de março de 2011, disponível em [http://www.nytimes.com/2011/03/13/world/middleeast/13libya.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/03/13/world/middleeast/13libya.html?pagewanted=all&_r=0).
- Brooks, R., 2013. Abandoned at the Palace: Why the Tunisian Military Defected from the Ben Ali Regime in January 2011. *Journal of Strategic Studies*, 36(2), pp. 205-220.
- Byman, D., 2013. Explaining the Western Response to the Arab Spring. *Journal of Strategic Studies*, 36(2), pp. 289-320.
- Cambanis, T., 2015. *Once Upon a Revolution: An Egyptian Story*. New York: Simon & Schuster.
- Chivvis, C. S., 2014. *Toppling Qaddafi: Libya and the Limits of Liberal Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clancy-Smith, J., 2016. Lessons from a Small Place: The Dignity Revolutions in Tunisia, North Africa, and the Globe. In: M. L. Haas e D. W. Lesch, eds., *The Arab Spring: The Hope and Reality of the Uprisings* (2<sup>nd</sup> ed.). Boulder: Westview, pp. 10-39.

- Cody, E.; Warrick, J., 2011. Tunisia's president flees the country. *The Washington Post*, 15 de janeiro de 2011, disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/01/14/AR2011011406895.html>.
- Colombo, S., 2014. The Military, Egyptian Bag-snatchers. *Insight Egypt*, nº5, disponível em [http://www.iai.it/sites/default/files/inegypt\\_05.pdf](http://www.iai.it/sites/default/files/inegypt_05.pdf).
- Cook, S. A., 2013. *The Struggle for Egypt: From Nasser to Tahrir Square*. Oxford: Oxford University Press.
- Daalder, I. H.; Stavridis, J. G., 2012. NATO's Victory in Libya: The Right Way to Run an Intervention. *Foreign Affairs*, 91(2), pp. 2-7.
- Diamond, L., 2013. Forsaken by the West: Obama and the Betrayal of Democracy in Bahrain. *The Atlantic*, 9 de janeiro de 2013, disponível em <http://www.theatlantic.com/international/archive/2013/01/forsaken-by-the-west-obama-and-the-betrayal-of-democracy-in-bahrain/266994>.
- Dillman, B., 2001. Facing the Market in North Africa. *Middle East Journal*, 55(2), pp. 198-215.
- Dreisbach, T; Joyce, R., 2014. Revealing Tunisia's Corruption under Ben Ali. *Al Jazeera English*, 27 de março de 2014, disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2014/03/revealing-tunisia-corruption-under-ben-ali-201432785825560542.html>.
- El-Ghonemy, M. R., 2004. An assessment of Egypt's Development Strategy, 1952-1970. In: E. Podes e O. Winckler. eds., *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. Gainesville: University Press of Florida, pp. 253-263.
- Engel, A., 2015. The Islamic State's Expansion in Libya. *Policy Watch* nº 2371, The Washington Institute for Near East Policy, 11 de fevereiro de 2015, disponível em <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/other/POL2371-WithNotes.pdf>.
- Gana, N., 2013. *The Making of the Tunisian Revolution: Contexts, Architects, Prospects*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Gaub, F., 2013. The Libyan Armed Forces between Coup-Proofing and Repression. *Journal of Strategic Studies*, 36(2), pp. 221-244.
- Gaub, F., 2012. Understanding Instability: Lessons from the Arab Spring. *Arts and Humanities Research Council*, disponível em <http://www.ahrc.ac.uk/documents/project-reports-and-reviews/ahrc-public-policy-series/understanding-instability-lessons-from-the-arab-spring>.
- Gerbaudo, P., 2013. The Roots of the Coup. *Soundings*, nº 54, pp. 104-114, disponível em [https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/s54\\_09gerbaudo.pdf](https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/s54_09gerbaudo.pdf).
- Hajjar, S. G., 1980. The Jamahiriya Experiment in Libya: Qadhafi and Rousseau. *The Journal of Modern African Studies*, 18(2), pp. 181-200.
- Hauslohner, A., 2014. Egypt's 'Military Inc.' expands its control of the economy. *The Guardian*, 18 de março de 2014, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/18/egypt-military-economy-power-elections>.

- Hinnebusch, R., 2002. *Syria: Revolution from Above*. New York: Routledge.
- Hoffman, M.; Jamal, A., 2012. The Youth and the Arab Spring: Cohort Differences and Similarities. *Middle East Law and Governance*, 4(1), pp. 168-188.
- Hokayem, E., 2013. *Syria's Uprising and the Fracturing of the Levant*. London: Routledge.
- Hopwood, D., 1993. *Egypt, Politics and Society, 1945-1990*. New York: Routledge.
- Howard, P. N.; Duffy, A.; Freelon, D.; Hussain, M.; Mari, W.; Mazaid, M., 2011. Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring? *Project on Information Technology & Political Islam, Working Paper 2011.1*, disponível em <https://www.library.cornell.edu/colldev/mideast/RoIe%20of%20Social%20Media%20During%20the%20Arab%20Spring.pdf>.
- Huntington, S. P., 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: Oklahoma University Press.
- Khalaf, R.; Saleh, H., 2011. Defiant Mubarak Refuses to Resign. *Financial Times*, 11 de fevereiro de 2011, disponível em <https://www.ft.com/content/07668e56-352d-11e0-9810-00144fe-abdc0>.
- Kirkpatrick, D., 2013. Army Ousts Egypt's President; Morsi is Taken into Military Custody. *The New York Times*, 3 de julho de 2013, disponível em <http://www.nytimes.com/2013/07/04/world/middleeast/egypt.html>.
- Kirkpatrick, D. D.; Erlanger S.; Bumiller, E., 2011. Allies Open Air Assault on Qaddafi's Forces in Libya. *The New York Times*, 19 de março de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/03/20/world/africa/20libya.html?pagewanted=all>.
- Kinninmont, J., 2012. Bahrain: Beyond the Impasse. *Chatham House, RIIA*, disponível em <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Middle%20East/pr0612kinninmont.pdf>.
- Kuperman, A. J., 2013. A Model Humanitarian Intervention? Reassessing NATO's Libya Campaign. *International Security*, 38(1), pp. 105-136.
- Landler, M., 2011. Clinton Calls for 'Orderly Transition' in Egypt. *The New York Times*, 30 de janeiro de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/01/31/world/middleeast/31diplo.html>.
- Lawson, F. H., 1989. *Bahrain: The Modernization of Autocracy*. Boulder: Westview Press.
- Lesch, D. W., 2012. *Syria: The Fall of the House of Assad*. New Haven: Yale University Press.
- Lilli, E., 2015. Foreign Actors: A Double-Edged Sword Hanging over Contentious Politics in the Middle East". In: F. A. Gerges, ed., *Contentious Politics in the Middle East: Popular Resistance and Marginalized Activism beyond the Arab Uprisings*. New York: Palgrave, pp. 169-195.
- Lippman, T. W., 1989. *Egypt after Nasser: Sadat, Peace, and the Mirage of Prosperity*. St. Paul: Paragon House.

- Lister, C., 2015. *The Syrian Jihad: Al-Qaeda, the Islamic State and the Evolution of an Insurgency*. Oxford: Oxford University Press.
- Mabon, S., 2013. *Saudi Arabia and Iran: Power and Rivalry in the Middle East*. London: I. B. Tauris.
- Mabon, S., 2012. The Battle for Bahrain: Iranian-Saudi Rivalry. *Middle East Policy*, 19(2), pp. 84-97.
- Malik, N. A., 2014. Revolutionizing the Revolution: An Examination of Social Media's Role in the Egyptian Arab Spring. *Undergraduate Honors Thesis Collection, Paper n° 197*, disponível em <http://digitalcommons.butler.edu/ugtheses/197>.
- Matthiesen, T., 2013. *Sectarian Gulf: Bahrain, Saudi Arabia, and the Arab Spring that Wasn't*. Stanford: Stanford University Press.
- Nasser, G. A., 1955. *Egypt's Liberation: The Philosophy of the Revolution*. New York: Public Affairs Press.
- Netterstrøm, K. L., 2016. The Tunisian General Labor Union and the Advent of Democracy. *The Middle East Journal*, 70(3), pp. 383-398.
- Nordlinger, E. A., 1970. Soldiers in Mufti: The Impact of Military Rule upon Economic and Social Change in the Non-Western States. *American Political Science Review*, 64(4), pp. 1131-1148.
- Nuruzzaman, M., 2013. Politics, Economics and Saudi Military Intervention in Bahrain. *Journal of Contemporary Asia*, 43(2), pp. 363-378.
- Oren, M. B., 2002. *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*. New York: Random House.
- Osman, T., 2013. *Egypt on the Brink: From Nasser to the Muslim Brotherhood*. New Haven: Yale University Press.
- Pargeter, A., 2012. *Libya: The Rise and Fall of Qaddafi*. New Haven: Yale University Press.
- Perkins, K. J., 2004. *A History of Modern Tunisia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Perlmutter, A., 1981. *Political Roles and Military Rulers*. London: Routledge.
- Quartey, K., 2010. The Impact of the Global Economic Crisis on Africa. In: J. Mangala, ed., *Africa and the New World Era: from Humanitarianism to a Strategic View*. New York: Palgrave, pp. 247-262.
- Rijkers, B.; Freund, C.; Nucifora, A., 2014. All in the Family: State Capture in Tunisia. *The World Bank Policy Research Working Paper 6810*, disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/440461468173649062/pdf/WPS6810.pdf>.
- Robbins, M.; Jamal, A., 2015. Social Justice and the Arab Spring: Evidence from the Arab Barometer. *Arab Barometer Working Paper n°1*, disponível em <http://www.arabbarometer.org/content/wp1-michael-robbins-and-amaney-jamal-social-justice-and-arab-spring-2015>.

- Rojas, J-P. F., 2011. Muammar Gaddafi in his own words. *The Telegraph*, 20 de outubro de 2011, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8838644/Muammar-Gaddafi-in-his-own-words.html>.
- Sadiki, L., 2009. Like Father, Like Son: Dynastic Republicanism in the Middle East. *Policy Outlook*, Carnegie Endowment for International Peace, disponível em [http://carnegieendowment.org/files/dynastic\\_republicanism.pdf](http://carnegieendowment.org/files/dynastic_republicanism.pdf).
- Saif, I.; Choucair, F., 2008. Egypt's Privatization Initiative Raises Questions. *Carnegie Endowment for International Peace*, 2 de dezembro de 2008, disponível em <http://carnegieendowment.org/sada/?fa=22479>.
- Sayigh, Y., 2012. Above the State: The Officers' Republic in Egypt. *The Carnegie Papers*, disponível em [http://carnegieendowment.org/files/officers\\_republic1.pdf](http://carnegieendowment.org/files/officers_republic1.pdf).
- Schmitt, M. N., 2011. Wings over Libya: The No-Fly Zone in Legal Perspective. *Yale Journal of International Law Online*, 36(2), pp. 45-58, disponível em <http://the-beacon.info/blog/wp-content/uploads/2011/05/wings-over-libya.pdf>.
- Seale, P., 1990. *Asad: The Struggle for the Middle East*. Berkeley: University of California Press.
- Shadid, A., 2011. Egyptian Military Dissolves Parliament. *The New York Times*, 13 de fevereiro de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/02/14/world/middleeast/14egypt.html?pagewanted=all>.
- Shin, D.C., 1994. On the Third Wave of Democratisation: A Synthesis and Evaluation of Recent Theory and Research. *World Politics*, 47(1), pp. 135-170.
- St. John, R., 1960. *The Boss: The Story of Gamal Abdel Nasser*. New York: McGraw-Hill.
- SUSRIS, 2011. King Abdullah Orders Social Benefits Package. *Saudi-US Relations Information Service*, 23 de fevereiro de 2011, disponível em <http://susris.com/2011/02/23/king-abdullah-orders-social-benefits-package>.
- Wikileaks, 2008. Corruption in Tunisia: What's Yours is Mine, 23 de junho de 2008, disponível em [https://wikileaks.org/plusd/cables/08TUNIS679\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/08TUNIS679_a.html).
- Taylor, W. C., 2014. *Military Responses to the Arab Uprisings and the Future of Civil-Military Relations in the Middle East: Analysis from Egypt, Tunisia, Libya, and Syria*. New York: Palgrave.
- The White House, 2004. President Bush Discusses War on Terrorism with Tunisian President. *The White House*, 18 de fevereiro de 2004, disponível em <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/02/20040218-2.html>.
- Torchia, A., 2013. Corruption worsened in Arab countries since uprisings: poll. *Reuters*, 9 de julho de 2013. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-mideast-corruption-survey-idUSBRE96805U20130709>.
- Trager, E., 2016. *Arab Fall: How the Muslim Brotherhood Won and Lost Egypt in 891 Days*. Washington: Georgetown University Press.
- Vandewalle, D., 2008. *Libya Since 1969: Qadhafi's Revolution Revisited*. New York: Palgrave.
-

- Vandewalle, D., 1998. *Libya since Independence: Oil and State-Building*. Ithaca: Cornell University Press.
- Vinocur, J., 2011. Libyan War Not a Sure Thing to Save Sarkozy. *The New York Times*, 11 de abril de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/04/12/world/europe/12iht-politicus12.html>.
- Voice of America, 2010. Shiites Advance in Bahrain Elections. *Voice of America*, 23 de outubro de 2010, disponível em <http://www.voanews.com/a/opposition-falls-short-of-majority-in-bahrain-election-105623528/128788.html>.
- Ware, L. B., 1988. Ben Ali's Constitutional Coup in Tunisia. *Middle East Journal*, 42(4), pp. 587-601.
- Ware, L. B., 1985. The Role of the Tunisian Military in the Post-Bourgiba Era. *Middle East Journal*, 39(1), pp. 27-47.
- Wehrey, F. M., 2014. *Sectarian Politics in the Gulf: From the Iraq War to the Arab Uprisings*. New York: Columbia University Press.
- Wright, L., 2006. *The Looming Tower. Al-Qaeda and the Road to 9/11*. New York: Vintage Books.
- Wright, S., 2006. Generational Change and Elite-Driven Reforms in the Kingdom of Bahrain. *Durham Middle East Papers, Sir William Luce Publication Series n°7*.
- Yassin-Kassab; Al-Shami, 2016. *Burning Country: Syrians in Revolution and War*. London: Pluto Books.
- Yazbek, S., 2012. *A Woman in the Crossfire: Diaries of the Syrian Revolution*. London: Haus Publishing.